



Título

ATA DE REUNIÃO

CAP

Número da ATA	Data	Hora de Início	Hora de Término
Nº 02	25/11/2022	09:30	11:30
SECRETÁRIA	CRISTINA C. BIU	ATA	CRISTIANO GARCIA

Participantes

Nome	REPRESENTANTE	Assinatura
FLÁVIA NICOS VASCONCELOS	PRESIDENTE	
RENATA S. DE AZEVEDO DE ARAUJO	VIGIAGRO	
ALEXANDRE PAMPLONA	SINTAC	
ADEMAR TOMAZ SILVA FILHO	TPA	
ANDERSON PIRES RIBEIRO	USUÁRIO SERV. PORTUARIOS	
GABRIEL BALISTIERI SANTINELLI	AUTORIDADE MARÍTIMA	
RONALDO CAMARGO SOUZA	GOVERNO MUNICIPAL	
JUCELINO SORA	SPI	
FÁBIO DA VEIGA	SPI	
RAIMUNDO NONATO DA SILVA MENENZES	ANVISA	
MAIUMI YARED PILLE	CONVIDADA (PORTONAVE)	
FABIANO HEUSI	CONVIDADO (TEPORTI)	

Pauta

- Abertura / Posse Conselheiros / Organização das Reuniões
- Convidado Permanente Representando os TUPs/ Abertura e Organização das reuniões;
- Exigências do Convenio (PDA, REP, Alfandegamento, ISPS-Code) gestão de contratos de manutenção;
- Contratos / Arrendamentos
- Navios de Cruzeiro
- Poligonal do Porto / Tombos da Marinha
- Extras / Finais

Discussão / Observações

1. Abertura / Posse dos Conselheiros / Organização das Reuniões

A presidente do CAP dá as boas-vindas a todos, expõe da importância das reuniões para o complexo portuário e para todos os agentes atuantes no setor portuário e solicita aos membros a que tragam aos encontros assuntos de interesse e demandas tanto do bloco a que pertencem bem como da comunidade no intuito de discutir como o porto pode ser importante para o desenvolvimento local. Expõe que a presente reunião ainda será de retomada das conversas e organização do CAP. Em seguida foram lidos os temas de posse dos conselheiros Fábio da Veiga,

CBui

Jorge Duarte Maia, Ernandes João Alves Junior, Jucelino dos Santos Sora, Ademar Tomaz da Silva Filho, Claudia de Paula Borges, Gustavo Augusto de Oliveira Vieira, Giovani Alberto Testoni, Diogo Ramon Garcia Stupp, Carlos Roberto de Campos, Roberto Jacob Nicolau Mussi, Joel Alves e Jamzi Alfredo Ziegler. A presidente solicitou que os termos de posse fossem encaminhados por e-mail comunicando os membros que não compareceram. A Presidente também questionou se as documentações estavam sendo disponibilizadas no site o que tanto a Secretária quando o Sr. Fábio confirmaram que sim.

2. Convidados Permanentes – TUPs/ Abertura e Organização das Reuniões

A presidente trouxe à discussão, após alguns pedidos externos, a proposta de abrir as reuniões para a participação, dos TUPs, cada qual com um representante, caso tenham interesse, mas sem que tenham direito a voto e voz nos assuntos deliberados pelo CAP, apenas como convidados permanentes para, quando quiserem, poder se manifestar ou colocar algum ponto na agenda de discussões. O Sr. Fábio da Veiga coloca a esse respeito que há algumas associações formada por alguns terminais e não problemas na participação dos mesmos nas reuniões como convidados. O Sr. Jucelino avalia como positiva a participação, mas que seja debatido primeiramente entre eles para que depois o assunto seja trazido ao CAP, que cada terminal seja comunicado e escolha um representante para não haver desproporcionalidade. A Presidente ressaltou que todos os terminais que manifestarem interesse em participar o farão como convidados e que os votos nos assuntos deliberados em reunião são exclusivos dos conselheiros e que, a proposta apresentada, é para que haja uma maior participação dos demais agentes/setores da comunidade portuária, da cidade, dando a reunião um caráter mais de fórum de discussão. Sugeriu também que as reuniões fossem abertas à população em geral, também sem direito a voz e voto, mas que poderia haver um número de duas vagas, por reunião, com possibilidade de manifestação da comunidade, desde que a pessoa se inscrevesse previamente, com até cinco dias de antecedência da data da reunião, para essa participação. Discutidas as sugestões e propostas apresentadas, todos concordaram em abrir as reuniões do CAP, conforme sugerido, em caráter experimental, pelo próximo semestre e depois reavaliar. Na sequência, a Presidente trouxe o pedido, recebido do prefeito de Navegantes, para participar das reuniões. O Sr. Fábio expôs que essa questão já estava acertada e de o prefeito de Navegantes entraria como representante titular do bloco do poder público, no lugar de Giovani Testoni. A Presidente também trouxe a todos a questão da revisão do regimento que é de 2014, e questionou os presentes se aguarda mais ou se entrariam nesse assunto. O Sr. Ronaldo sugeriu que os conselheiros comesçassem a fazer um estudo do regimento porque essa revisão seria feita futuramente, em um momento oportuno, para atualizá-lo. O Sr. Fábio sugeriu que, na próxima reunião, fosse formado um grupo de trabalho para iniciar essa revisão. A Presidente considerou interessante a ideia e solicitou que esse tema e sugestão fosse retomando então na próxima reunião quando o conselho deverá estar todo formado e presente.

3. Exigências do Convênio

A Presidente solicitou que fosse apresentada a todos como está o andamento dessas questões que englobam o convênio. O Sr. Fábio traz então os seguintes apontamentos: o convênio de delegação foi acertado com o governo federal que será prorrogado por até dois anos, com uma clausula resolutiva que prevê a sua rescisão do mesmo ao término do processo de desestatização. A assinatura dessa prorrogação acontecerá no dia primeiro de dezembro em Brasília. O Sr. Fábio expôs da importância da assinatura dessa prorrogação, pois o porto estava com várias demandas represadas por conta da definição desse trâmite, como é, por exemplo, o alfandegamento, que será solicitado na sequência, após a assinatura do convênio. Em relação ao PDZ o Sr. Fábio expôs que esse ano havia uma exigência de atualização, mas que, em virtude do processo de desestatização do porto, a ANTAQ emitiu uma resposta onde colocou que não haveria a necessidade de apresentação da renovação do PDZ. No entanto, o PDZ foi atualizado, no tocante às áreas adquiridas pela Superintendência nos últimos dois anos, e foi encaminhado atualizado. Quanto ao regulamento de exploração portuária (REP), o Sr. Fábio expôs que ele foi atualizado

em 2018 e que as condicionantes permanecem não tendo muito o que ser alterado, mas que teria que ser discutida essa atualização junto ao CAP, ainda no primeiro trimestre de 2023, especialmente no tocante a prancha mínima. Atualmente a prancha mínima está em 4.500 toneladas, sendo que há navios performando de 9 a 10 mil toneladas de carga geral. Expôs que a Superintendência avaliará essas questões e quer apresentar, se possível, na próxima reunião do CAP algumas dessas atualizações do REP. Referente ao ISPS-CODE, o Sr. Fábio expôs que o Porto de Itajaí é uma das poucas autoridades portuárias que mantém de forma ininterrupta a declaração de cumprimento desde o ano de 2004, e que somente sete autoridades portuárias no país têm essa declaração. A declaração de cumprimento do Porto de Itajaí foi renovada em 2021 e está vigente até maio de 2026. Sobre o alfandegamento, o Sr. Fábio colocou que o aditivo estaria sendo protocolado nessa semana. Sobre a ISO 14001, foi exposto que ela está válida até 2023 e a ISO 9001, que o Porto tinha até 2008, teve os procedimentos de busca pela certificação retomados durante o presente ano e colocou também que a ISO 37001 também está em processo de busca pela certificação.

4. Contratos /Arrendamentos

Sobre o contrato da Vale Port, o Sr. Fábio expôs que o mesmo está vigente até 31/12/22 e está em processo de renovação. Explicou aos presentes que se trata de uma área particular, de 14.000 metros quadrados, que o porto loca e utiliza quando há muita movimentação de cargas, possibilitando mais área de armazenagem para o Porto quando se está em plena operação. Esclareceu também que a locação é paga somente quando há cargas armazenadas naquela área. O Sr. Fábio também expôs que a APM vinha requisitando a área, como tarifa pátio, o que cobre os custos da locação e ainda sobra uma receita para o Porto, dando “fôlego” para uma movimentação maior. Explicou que no presente mês a área está fechada, sem cargas armazenadas, em virtude da baixa na movimentação, porém, está sendo feito um aditivo ao contrato pelo fato dela ser uma área alfandegada, para evitar fazer todo o processo de desalfandegamento e mais para frente ter que alfandegar novamente, visto estar esperando para muito em breve a retomada e plenitude das operações. Sobre o contrato de Dragagem, o Sr. Fábio expôs que ele foi firmado com a empresa Van Oord em 2018, por cinco anos, visto ser menor o preço quanto maior o prazo, e está vigente até outubro de 2023. Sobre o contrato com a Base de Emergência, expôs que é um contrato recente, de 2021, com vigência até abril de 2023 e que pode ser prorrogado por mais três anos, sendo essencial para a manutenção das licenças ambientais do canal de acesso. Sobre o contrato com a empresa Hidrotopo, responsável pela batimetria – fiscalização da dragagem – expôs que o mesmo foi firmado recentemente, com duração de um ano, mas com uma cláusula de que pode ser reincidido a qualquer momento. Por fim, expôs sobre o contrato com a empresa Sináutica, responsável pelas sinalizações náuticas, que é firmado com um consórcio e está vigente até junho de 2023. O Sr. Fábio expôs também sobre dois contratos de arrendamento transitório, em vias de serem assinados, que seria um da área A, área arrendada atualmente à APM, mas por questões de valores contratuais, com uma proposta de valor muito baixa por parte da APM, forçou a SURIN a fazer um processo simplificado de arrendamento transitório, o qual foi ganho por outra empresa – CTIL Logística – mas, que ao passar para a análise e a aprovação da ANTAQ sobre as condições da vencedora para realizar a operação no porto, não teve a aprovação daquela agência, visto a ANTAQ ter considerado que as condições de garantia de manutenção das operações não foram preenchidas pela vencedora. Após alguns desgastes gerados com o empasse, a SURIN manteve a posição de que a vencedora não estava aprovada para a operar. Por falta de tempo hábil, a APM aumentou então a sua proposta. O Sr. Fábio complementou que a SURIN estava em troca de correspondência com a APM e que, na semana que vem, esperam assinar com a APM para que esta também possa renovar o seu alfandegamento. A Presidente questionou por quanto tempo seria esse contrato, e o Sr. Fábio explicou que os contratos de arrendamento transitórios são, por lei, contratos emergenciais, e tem a vigência máxima e seis meses, porém, eles não comportam renovação. No entanto, segundo o Sr. Fábio, eles não teriam que ser renovados a cada seis meses, basta ser firmado um novo e comunicado a ANTAQ, uma vez que se trata de um contrato com a mesma empresa arrendatária, não tendo necessidade de uma nova licitação. Quanto a Área B, o



Sr. Fábio expôs que, ao longo das últimas décadas funcionou como “porto público”, para carga geral, explorada por operadores pré-qualificados. No entanto, como o volume de contêineres movimentados era muito grande o que fez que, nos últimos vinte anos, essa área ficasse, praticamente, sem movimentação de carga geral. Do ano passado para esse ano, com a queda na movimentação de contêiner, o porto procurou encontrar soluções para potencializar o uso dessa área, que se tratam área com dois berços novos e um armazém que estava fechado. Expôs que o porto conseguiu então aumentar o uso da área, ainda não de forma rotineira, mas que já com alguma movimentação de importação de veículos, exportação de celulose, importação de fertilizante, bobina, entre outras cargas. Explica que essa movimentação não tem arrecadado valores significativos para o porto e que, com isso, visando buscar receita, importante para a manutenção e estabilidade do porto como um todo, publicou um processo seletivo de arrendamento transitório também para a Área B. Cinco empresas participaram do processo e no dia da abertura das propostas houve a concessão de uma liminar, da qual o porto não foi intimado, mas que, ainda assim, acatou-se a liminar e explicou também que a ANTAQ havia suspenso o processo. Posteriormente, com a apresentação das arguições por parte do porto, houve a apresentação das cinco propostas novamente, inclusive pela própria impetrante da liminar, e a melhor apresentada foi a de um milhão duzentos e cinquenta mil reais, dada pela empresa CTIL Logística. E, na data de ontem (24/11), explica o Sr. Fábio, foi protocolado o pedido de aprovação do certame por parte da ANTAQ. O Sr. Fábio expõe que esse processo de arrendamento transitório dessa área é importante para a gestão do porto porque vai permitir que se tenha uma receita fixa de cerca de um milhão e duzentos mil por mês, sendo esse valor, um milhão a mais por mês do que o que é arrecadado mensalmente pelo uso da área atualmente. O que vai fazer frente com a redução de movimentação na Área A, mantendo o porto estabilizado financeiramente. O Sr. Fábio espera que em dezembro a ANTAQ já se posicione em relação ao pedido de aprovação desse processo e já, em janeiro, esteja com esse arrendamento em vigência. Alguns membros questionaram se a área da Vale Port seria parte do arrendamento na área B. O Sr. Fábio respondeu que não, que o arrendatário da área B terá à disposição dois berços (3 e 4), o armazém e mais o RAC. A área da Vale Port continua de uso do Porto que poderá cedê-la, mediante solicitação do operador, bem como o pagamento das devidas tarifas ao Porto. O Sr. Ademar, representante dos TPAs, questiona sobre a garantia de movimentação na área B após arrendamento, visto entender que não haveria mais, dessa forma, “cais público”. A Presidente coloca que a mão de obra no arrendamento também seria chamada via OGMO e entende que seria mais seguro para mão de obra avulsa ter uma garantia de movimentação com o arrendamento, no entanto, questiona se no contrato de arrendamento há exigência de movimentação mínima. O Sr. Fábio coloca que não, mas que a empresa arrendatária se veria “obrigada” a trazer cargas e ter uma movimentação, uma vez que estaria pagando mensalmente ao Porto pelo arrendamento daquela área, independentemente de ter movimentação ou não. A Presidente então sugere, para frente, visto algumas coisas ainda estarem em definição com o processo de desestatização, a possibilidade de incluir nesse contrato de arrendamento provisório, uma cláusula de garantia de movimentação mínima. O Sr. Fábio respondeu que há total possibilidade de se incluir essa cláusula nas próximas renovações do contrato e, inclusive, pode-se alterar para movimentação somente de contêineres ao invés de carga geral. O Sr. Fábio explica que essa cláusula não foi colocada nesse contrato inicial, porque não há como exigir uma garantia de movimentação mínima no cenário atual, mas que, daqui a uns seis meses, com tudo mais definido, pode-se fazer uma revisão do contrato e a inclusão dessa cláusula, pois acredita que haverá, então, um cenário mais claro das coisas, ressalta.

5. Navios de Cruzeiro

A Presidente questiona sobre a operação dos navios de cruzeiro. O Sr. Fábio expõe que, nos últimos anos, o píer turístico do porto não consegue mais receber os navios de cruzeiro, visto os navios terem ficado maiores e a posição onde ficavam atracados fechava o canal, o que atrapalha e também apresenta alguns riscos à operação, visto os navios de carga também terem aumentado de tamanho, bem como o local já não comporta receber um volume grande de passageiros no

Fábio

CPM

mesmo momento. Em acordo com a Receita Federal e a ANTAQ, após alguns empasses, os atendimentos aos passageiros passaram a ser feitos no Centreventos, onde toda a estrutura necessária foi montada, e o tratamento alfandegário foi feito a bordo, por amostragem, através de um plano piloto da Receita Federal para Itajaí nesse ano. No entanto, como se trata de um plano provisório, o Sr. Fábio explicou que já está sendo feito um pedido junto a Receita para o alfandegamento do Centreventos para as próximas temporadas.

6. Poligonal do Porto / Tombos da Marinha

A Presidente solicita que seja apresentada como estão as questões referentes a poligonal do porto, as atualizações junto a secretaria de portos, e alteração na extensão da poligonal na massa líquida do rio Itajaí, a montante. O Sr. Fábio expõe que a proposta da Superintendência é a extensão dessa poligonal, somente dentro da massa líquida do rio, até a altura do terminal Teporti, a montante. Expõe que essa alteração é primordial para melhorar e potencializar as condições de exploração nessas áreas a montante. Segundo o Sr. Fábio, há um estudo que se, cada terminal a montante, colocasse três navios por mês em seus berços de atracação, isso já pagaria o acréscimo de despesa que se teria com a manutenção do canal nessa área a montante. Expõe que ao longo dos últimos meses, vem pleiteando esse acréscimo na poligonal junto ao atual governo federal, mas sem retornos positivos, e que, agora, já está protocolando esse pedido junto a comissão de transição do novo governo, e coloca que a expectativa é de que haja a adaptação do processo do modelo atual, com acréscimo de alguns pleitos como esse da alteração da extensão da poligonal e também o da via expressa portuária, cuja uma parte estará sendo concluída e liberada até o final do mês pelo Município, o qual tomou a frente das obras após longos anos paralisada pelo governo Federal. Em relação ao tomo da Marinha, o Sr. Fábio explanou que em frente ao porto tem um imóvel que durante alguns anos fora utilizado para cursos do Ogmo e outros cursos profissionalizantes para a mão-de-obra e que, com a vinda, para Itajaí, da construção de quatro fragatas da Marinha, a Emgepron – que é um braço de engenharia da Marinha – esse imóvel foi solicitado de volta. O Sr. Fábio explica que esse imóvel também vai entrar nas desapropriações que estão em andamento, mas, como se trata de um imóvel da união, ele não pode ser desapropriado. Dessa forma explana que, assim que estabilizado as questões dos contratos de transição e, conseqüentemente, a saúde financeira do Porto, será feita uma espécie de permuta, como já foi feita em outras ocasiões, por exemplo, com a Polícia Federal e a própria Marinha, na qual o porto adquiriu um outro imóvel para realocar esses órgãos. A Presidente questiona sobre algum patrimônio histórico que esteja dentro da poligonal do Porto. O Sr. Fábio expõe que, como patrimônio histórico, há apenas o prédio da antiga Inspetoria do Porto, o qual precisou ser restaurado e está montado para funcionar como um museu dos portos, numa parceria entre o Porto, a Marinha e a Univali, porém ainda não foi finalizado por conta de autorizações do Conselho Cultural. E complementa que todos os demais bens do Porto, situados a jusante, estão sendo solicitados ao governo federal para que passem em definitivo para o Município para que se possa implementar alguns projetos turísticos-culturais que já estão prontos para o uso e melhor aproveitamentos dessas áreas.

7. Extras / Finais

Encerrando a reunião, a Presidente lembrou que fora acordado no último encontro que as reuniões aconteceriam bimestralmente, e trouxe a proposta para que elas ocorram então em janeiro, março e maio, sempre na última sexta-feira do mês, no período da manhã, ficando então definida a data para a próxima reunião o dia 27 de janeiro de 2023.

